



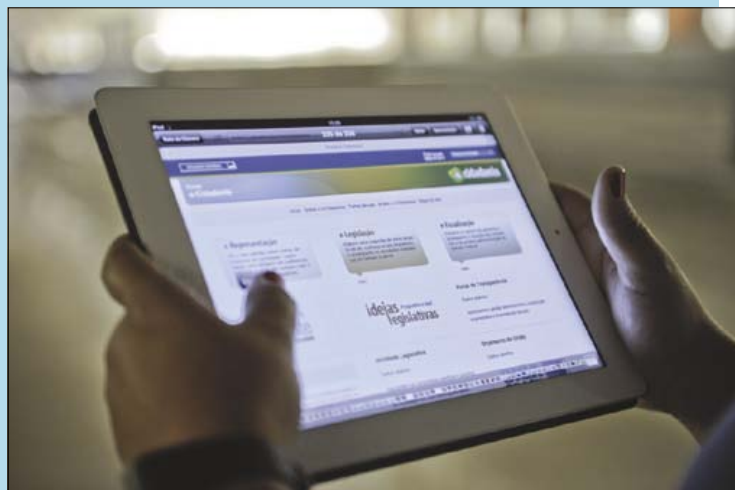
PEC do Voto Aberto deve ser votada hoje

Aprovada em primeiro turno por 54 senadores, a proposta de emenda constitucional que proíbe o voto secreto em todas as Casas legislativas do país e em qualquer situação volta à pauta ainda sem obter consenso entre os líderes partidários

O senador Romero Jucá apresentou três destaques para votação em separado. O objetivo é buscar a aprovação do que já é consenso — voto aberto na cassação de mandatos parlamentares — enquanto continuam existindo divergências sobre o voto secreto na eleição das mesas diretoras das Casas legislativas e no exame dos

vetos e indicações do presidente da República, como prevê a PEC 43/2013. Jucá argumenta que, nesse tipo de votação, muitos senadores entendem que o voto precisa ser fechado. Outros parlamentares, como Rodrigo Rollemberg, defendem a aprovação integral da proposta, sem previsão de votação secreta sob nenhuma hipótese. **3**

especial
Cidadania



Luiz de Paula/Agência Senado

O Portal e-Cidadania pode ser acessado também em dispositivos móveis

Ferramenta Opine sobre Projetos estimula interação

Página do Senado na internet começou a oferecer ao cidadão a oportunidade de consultar e

opinar sobre projetos de lei que estão sendo analisados nas comissões ou no Plenário. **4 e 5**



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Sessão de posse e eleição da Mesa do Projeto Jovem Senador no Plenário do Senado: dos 27 estudantes que participam da edição deste ano, 19 são mulheres

Aberta legislatura 2013 dos jovens senadores

Tomaram posse na manhã de ontem como jovens senadores 27 estudantes do ensino médio de escolas públicas, um de cada unidade da Federação.

Durante três dias, eles discutirão assuntos relevantes para o país e apresentarão propostas legislativas que poderão tramitar como projetos de lei.

Paulo Davim, presidente do Programa Senado Jovem Brasileiro, definiu a atuação dos jovens no Senado como “um aprendizado de mão dupla”. **2**

Senado apoia adesão ao Canal da Cidadania

Poucos municípios solicitaram, até o momento, adesão à rede de TVs públicas e comunitárias em formato digital. A Comissão de Direitos Humanos enviará correspondência a prefeitos para sensibilizá-los e alertá-los sobre o prazo do pedido de outorga. **7**



José Cruz/Agência Senado

Ana Rita preside audiência pública interativa da CDH sobre a criação do Canal da Cidadania no modelo digital

Anteprojeto de Código Comercial foi concluído por juristas **6**

Congresso avalia lei orçamentária, vetos e sessão sobre Jango **3**

Cidadãos podem participar hoje de três audiências interativas **7**

Câmaras e assembleias fazem curso no Interlegis **3**

Renan e Alves promovem cerimônia pelo Dia da Bandeira **2**



Sessão de posse e eleição da Mesa do Projeto Jovem Senador. A legislatura dos jovens parlamentares vai durar três dias

Jovens senadores tomam posse em sessão no Plenário

Estudantes de escolas públicas do ensino médio representarão os 26 estados e o Distrito Federal durante três dias, e as propostas apresentadas por eles poderão se tornar projetos de lei do Senado

“UM APRENDIZADO DE mão dupla.” Assim o presidente do Programa Senado Jovem Brasileiro, Paulo Davim (PV-RN), definiu a passagem anual de estudantes de nível médio de escolas públicas pelo Senado, onde participam de uma simulação da atividade parlamentar. Os 27 jovens senadores, um de cada estado e do Distrito Federal, classificados no 6º Concurso de Redação, tomaram posse na manhã de ontem, em “sessão preparatória da legislatura” específica para o projeto.

O mandato dos jovens senadores será de três dias, período em que vão discutir assuntos relevantes para o país e apresentarão propostas legislativas que poderão tramitar como projetos de lei.

Davim e Ana Rita (PT-ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH),

deram as boas-vindas aos estudantes. Davim lembrou que propostas dos jovens senadores das edições de 2011 e 2012 já foram aprovadas pela CDH e passaram a tramitar no Senado. Para ele, tanto os estudantes quanto os senadores da Casa aprendem com o programa.

— É um aprendizado de mão dupla. Vocês aprendem o funcionamento da mais alta Casa [legislativa] do país e deixam aqui projetos que passam pela CDH e que passam a tramitar como matérias do Senado. Vocês deixam algo concreto — afirmou o senador, que se disse encantado com o programa.

Ana Rita observou que 19 dos 27 estudantes que participam do programa na edição deste ano são do sexo feminino.

— Pelo menos no Projeto Jovem Senador nós somos

maioria. Isso é muito bom — afirmou Ana Rita.

A solenidade de posse dos jovens senadores contou com a presença de Eunice Michiles, primeira mulher a ocupar uma cadeira no Senado por processo eletivo. Ela representou o estado do Amazonas entre 1979 e 1987.

Em votação logo após a posse, o estudante Ivanlis Nascimento da Costa, de Gandu (BA), foi eleito presidente do Senado Jovem 2013. A vice-presidência ficou com Rayesley Ricarte Costa, de Manaus (AM), enquanto Maria Eduarda Nunes da Silva, de Colmeia (TO), e Aline da Conceição Andrade, de Cruzeiro do Sul (AC), assumiram a primeira e a segunda-secretarias, respectivamente.

Veja a lista dos jovens senadores de 2013 <http://bit.ly/JS2013>

Davim destaca valor pedagógico do projeto

Paulo Davim ressaltou a importância do Projeto Jovem Senador, apontando o valor pedagógico da iniciativa ao mostrar aos jovens a importância do Parlamento para a democracia.

— É um projeto que aproxima o Senado da sociedade e que aproxima o jovem do

Parlamento. E tem um poder de capilaridade muito grande, porque chegam aqui, para tomar posse, jovens de municípios do interior do Brasil — salientou.

Os estudantes usam a estrutura do Senado e contam com o assessoramento de técnicos e consultores da Casa.

Os projetos apresentados são encaminhados à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e podem efetivamente vir a tramitar no Congresso, se forem encampados por algum senador. Atualmente, dos projetos em tramitação, 16 foram propostos por jovens senadores.

Acriana vence Concurso de Redação do Senado

Os vencedores do 6º Concurso de Redação do Programa Senado Jovem Brasileiro — que compreende também o Projeto Jovem Senador — receberam o prêmio ontem. Eles ganharam um laptop, uma medalha e um certificado, e as escolas dos três primeiros colocados receberam computadores para uso coletivo.

A cerimônia de premiação foi realizada no Salão Nobre após os jovens senadores terem tomado posse e eleito

a mesa diretora desta gestão. Aline da Conceição Andrade, do Acre, venceu esta edição com a redação “Reensaiando antigos passos”. O segundo e terceiro lugares ficaram, respectivamente, com Maria Eduarda Nunes da Silva, do Tocantins, e Jhenifer Mezzomo Spagnol, do Paraná.

Aline disse que vai sugerir um projeto para que o cidadão possa participar com mais embasamento na política e na sociedade. A estudante, que

pretende cursar Direito, espera que o mandato de jovem senadora seja uma experiência inesquecível.

— Eu já conversei com jovens senadores de outras edições e eles sempre dizem que esta é uma experiência única. Então, a expectativa é muito boa e é também de levar o nome do Acre de uma maneira positiva, porque o nosso estado ainda é visto com um conceito muito arcaico e preconceituoso — afirmou.

Congresso promove cerimônia para celebrar o Dia da Bandeira

Em comemoração ao Dia da Bandeira, hoje, haverá hasteamento do Pavilhão Nacional em frente ao Palácio do Congresso. Com participação de militares do regimento Dragões da Independência, a cerimônia começa às 11h20, quando descerão a rampa do Congresso os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

Acompanhados dos 27 estudantes que participam do

Projeto Jovem Senador 2013, militares da Marinha levarão as bandeiras dos estados, na ordem de criação, do Salão Negro até a calçada em frente ao Congresso.

A Bandeira Nacional será hasteada exatamente ao meio-dia, depois que o Hino Nacional for executado pela Banda do Batalhão da Guarda Presidencial, acompanhada pelos Corais do Senado Federal e do Colégio Militar de Brasília.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Fim do voto secreto

14h PEC que acaba com o voto secreto em todas as esferas do Legislativo poderá ser votada hoje, em segundo turno.

PRESIDÊNCIA Dia da Bandeira

11h20 Renan participa de comemoração do Dia da Bandeira; às 12h, hasteamento da Bandeira; às 12h30, recebe os jovens senadores; às 15h, o ministro João Otávio de Noronha entrega relatório final sobre novo Código Comercial; às 16h, preside a ordem do dia; às 19h, posse dos ministros Marco Aurélio e Dias Toffoli no TSE; às 19h30, sessão do Congresso para votação de vetos.

CCT Faixa para banda larga 4G

8h15 Debate interativo sobre consequências da destinação da faixa de 700 MHz, atualmente ocupada pela TV aberta, para serviços de banda larga móvel 4G.

CMA Cadastro de turismo

8h30 Votação, entre outros itens, de projeto que estabelece transparência e ampla publicidade do Cadastro das Empresas de Turismo.

CDH Fórum mundial

9h Debate sobre os objetivos do Fórum Mundial de Direitos Humanos e o processo de participação popular. A ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, é convidada.

PRIMEIRA INFÂNCIA Abertura

9h Cerimônia de abertura da 6ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. O evento está programado para até 21 de novembro.

CAE Saldo do BNDES

10h Na pauta, projeto determinando que, ao saldo não desembolsado do BNDES, seja dado o mesmo tratamento dos saldos dos recursos dos fundos constitucionais.

EXECUÇÃO PENAL Juristas

10h Reunião da comissão de juristas criada para atualizar a Lei de Execução Penal.

CE Plano Nacional de Educação

11h Na pauta, projeto que aprova o Plano Nacional de Educação. Outra proposta é a que dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fies pelos estados e municípios.

DIA DA BANDEIRA Hasteamento

11h Cerimônia de hasteamento do Pavilhão Nacional, em comemoração ao Dia da Bandeira, na rampa de acesso do Congresso.

SENADO DO FUTURO Participação

14h A participação popular e o futuro da democracia são temas de audiência pública. Foi convidado o presidente fundador da Associação Internacional para a Participação Pública, James Creighton.

CRE Acordos internacionais

14h30 Análise de acordos: com o Canadá, sobre previdência social; com a Polônia, sobre defesa; e com Cingapura, para vistos. Ainda na pauta, projeto que altera os efetivos do Exército em tempos de paz.

CCJ Femicídio

14h30 Audiência pública sobre inclusão de feminicídio no Código Penal. Entre os convidados, a ministra da Justiça da Costa Rica, Ana Isabel Garita.

CMO Créditos para ministérios

14h30/18h Votação de projetos que autorizam créditos para órgãos públicos e ministérios.

CONGRESSO LDO, vetos e Jango

19h30 Votação do projeto da LDO para 2014, de vetos e de projeto que anula a sessão de 1º de abril de 1964, que decretou vaga a Presidência da República.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado vota hoje mudanças na PEC do Voto Aberto

Segundo Romero Jucá, não há consenso entre os líderes partidários sobre o tipo de voto para algumas situações, como o exame dos vetos e indicações presidenciais e a eleição das mesas diretoras

ESTÁ PREVISTA PARA a tarde de hoje a votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, que estabelece o voto aberto em todo o Poder Legislativo. Na pauta estão três destaques do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que pedem a votação em separado do tipo de voto a ser adotado em algumas situações.

— A ideia é segmentar as votações para não prejudicar a proposta. Da forma como ia, a PEC seria derrotada no segundo turno porque não teria os 49 votos necessários. Nós queremos o voto aberto para a cassação de mandatos. Então esse é um ponto que o destaque prevê e espero que possa haver um entendimento entre os líderes.

Outro destaque muda o artigo 1º da PEC, que proíbe o “voto secreto nas deliberações do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do



Divergência sobre voto aberto em todas as situações motivou destaques de Jucá

Senado Federal”.

— Esse é um ponto polêmico. Por exemplo, ficaria aberta a eleição das mesas diretoras, além da eleição de dirigentes e votação de autoridades, como os ministros do Supremo Tribunal Federal. Tudo isso a gente entende que a votação deve ser secreta — afirmou o senador.

Outro item para o qual,

segundo Jucá, não há consenso é o voto aberto na apreciação de vetos presidenciais.

Já Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) convocou a população a pressionar os senadores a aprovar integralmente a PEC do Voto Aberto, que passou na última quarta-feira pelo primeiro turno, com 54 votos favoráveis, 10 contrários e 1 abstenção.

Proposta atinge todas as Casas legislativas

A PEC 43/2013 proíbe o voto secreto no Senado, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais. Se o Congresso aprová-la em definitivo, as possibilidades de voto secreto previstas nos regimentos dessas instituições ficam canceladas. A análise é do consultor do Senado Gilberto Guerzoni.

— Há hoje casos de voto secreto que não estão previstos

expressamente na Constituição. Um exemplo é a eleição das mesas diretoras das Casas legislativas. No Senado Federal e na Câmara dos Deputados isso é feito por voto secreto, o que não poderá mais ser possível, explicou o consultor.

Indefinições

Há ainda situações não previstas, como a eleição pelo Congresso de novos presidente

e vice-presidente da República em caso de vacância dos dois cargos. Um projeto de Pedro Taques (PDT-MT), em exame na Câmara, prevê voto ostensivo e aberto nesse caso.

Por outro lado, o Plenário da Câmara está pronto para votar a PEC 196/2012, também com origem no Senado, que determina o voto aberto apenas para a cassação de mandato parlamentar.

Projetos abrem créditos especiais para estatais e ministérios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota de hoje até quinta-feira projetos que abrem créditos especiais e suplementares para empresas estatais e ministérios. Duas propostas (PLNs 11/2013 e 36/2013) destinam R\$ 1,72 bilhão para estatais. Já o PLN 32/2013 libera R\$ 839 milhões para três ministérios: Fazenda, Desenvolvimento e Turismo. E o PLN 13/2013 altera o Plano Plurianual (PPA) 2012–2015.

Ontem acabou o prazo para apresentação de emendas ao relatório preliminar do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA — PLN 9/2013) para 2014. O relator, deputado Miguel Corrêa (PT-MG), entregou o texto na quarta-feira. Pelo relatório, cada parlamentar poderá apresentar até R\$ 14,68 milhões em emendas ao Orçamento.

Ferraço defende nova análise da política externa de Jango



Lia de Paula/Agência Senado

Presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) classificou ontem como equivocadas as análises negativas da política externa adotada pelo ex-presidente João Goulart.

Na opinião do senador, Jango adotou uma postura independente, sem se alinhar automaticamente aos projetos dos Estados Unidos ou da então União Soviética. Ele lembrou que João Goulart restabeleceu relações diplomáticas com a China e com os países do Leste Europeu e foi contrário às sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos ao governo de Cuba.

Brasil tem muito a contribuir na ONU, afirma Agripino



Lia de Paula/Agência Senado

O desenvolvimento sustentável deve ser a maior preocupação e a maior contribuição que o Brasil pode

levar para os debates nas Nações Unidas. Essa é a opinião de José Agripino (DEM-RN), que representou o Senado na Assembléia Geral da ONU e ontem falou sobre a missão.

Agripino informou que o desenvolvimento sustentável é uma preocupação da ONU e acredita que o Brasil é o país mais capacitado para fazer propostas adequadas, até por ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Para o senador, o agronegócio — e não o pré-sal — é que é a verdadeira “joia da coroa”.

Congresso avalia LDO, vetos e sessão que depôs João Goulart

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 será avaliado hoje pelo Congresso. Também serão analisados seis vetos presidenciais e o projeto de resolução que anula a sessão de 1º de abril de 1964, que decretou vaga a Presidência da República, quando o então presidente João Goulart (1919–1976) havia deixado Brasília e viajado ao Rio Grande do Sul.

O texto da LDO (PLN 2/2013) foi adaptado à PEC do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000), que torna obrigatória a execução das emendas parlamentares. Aprovada no dia 12, a PEC seguiu para a Câmara. Inclui a redução da contrapartida obrigatória de estados e municípios para programas com verba federal. O texto também modifica regras para a “execução provisória”, que estabelece onde o governo pode usar o dinheiro se a lei orçamentária não for sancionada até o final do ano.

Entre os seis vetos, está o da permissão para que agentes prisionais portem arma fora de serviço. A expectativa é de que o veto seja mantido, já que o Executivo enviou ao Congresso uma proposta de regulação. O Projeto de Lei (PL) 6.565/2013 tramita na Câmara desde outubro.

Autor do projeto que anula a sessão que afastou Jango, Pedro Simon (PMDB-RS) alega que o presidente estava em território nacional e em local conhecido, motivo pelo qual a Presidência não poderia ter sido declarada vaga.

Interlegis capacita servidores de câmaras e assembleias

Começaram ontem novas oficinas promovidas pelo Programa Interlegis para a capacitação de vereadores e servidores de câmaras municipais e assembleias legislativas. Até sexta-feira, serão ministrados cursos sobre dois produtos oferecidos gratuitamente pelo programa: Portal Modelo para Internet e Sistema de Apoio ao Processo Legislativo.

São aguardados representantes de 22 câmaras municipais e do Distrito Federal e de assembleias de 14 estados.

As oficinas terão curso presencial completo, com foco no cumprimento das Leis de Transparência e de Acesso à Informação. O objetivo é atender a demanda de capacitação dos funcionários das Casas legislativas no que diz respeito à implantação no Portal Modelo e no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo. Os monitores serão servidores do Interlegis/Instituto Legislativo Brasileiro.

Os instrutores vão preparar os servidores para que estejam aptos a administrar o portal de internet da instituição a que pertencem.

Na segunda etapa, as câmaras e assembleias tiram dúvidas sobre o uso do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, um produto que possibilita a informatização dos processos dentro das Casas legislativas. Os participantes terão ainda curso presencial sobre o uso de redes sociais no Poder Legislativo.

Rollemberg destaca novo banco de material genético da Embrapa



Lia de Paula/Agência Senado

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) comemorou a inauguração do novo banco de germoplasma da Empresa

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A empresa, informou o senador, terá uma verdadeira “arca de Noé” de material genético ao ampliar seu banco de sementes para 750 mil amostras e aumentar sua capacidade de armazenamento de recursos genéticos de animais e de micro-organismos.

— Nós podemos desenvolver novas tecnologias que possam garantir que o Brasil amplie muito sua produção sem avançar sobre a área de biomas preservados — afirmou.

Paim pede campanha pelo fim do fator previdenciário



Lia de Paula/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) pediu aos brasileiros que façam pressão junto aos deputados federais para que aprovem

logo o projeto que acaba com o fator previdenciário.

Segundo Paim, o mecanismo não passa de uma forma de reduzir o valor das aposentadorias, a ponto de fazer com que mulheres se aposentem com apenas 50% do que recebiam. No caso dos homens, a redução chega a 45%.

O senador lembrou que o projeto que acaba com o fator previdenciário foi aprovado por unanimidade pelo Senado em 2008, mas até hoje está parado na Câmara dos Deputados.

Pela internet, cidadãos de todo o Brasil podem dar opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer proposta que esteja sendo analisada em comissões ou no Plenário. Texto inicial, relatório e substitutivos já podem ser consultados. Em breve, também estarão disponíveis as emendas parlamentares

Opine sobre Projetos é nova ferramenta interativa do Senado

Valéria Castanho

O SENADO DEU na semana passada mais um passo importante para o cidadão participar efetivamente do processo legislativo. O Portal e-Cidadania, na página do Senado na internet, passou a oferecer uma nova ferramenta, denominada Opine sobre Projetos, para que o brasileiro possa expressar opinião favorável ou contrária a qualquer proposição que está sendo analisada pelas comissões e pelo Plenário da Casa.

— Estamos ampliando a participação popular, a transparência e o controle do gasto público. O cidadão terá mais oportunidade de opinar e interferir no processo legislativo — destacou Renan.

O Opine sobre Projetos foi criado pela Resolução 26, de 10 de julho de 2013, que teve origem em projeto de lei do Senado (PLS 77/2010) do ex-senador Raimundo Colombo, atual governador de Santa Catarina.

Relator do projeto, Luiz Henrique (PMDB-SC) transformou a proposta no Projeto de Resolução 47/2013, aprovado em julho como Resolução 26/2013. A proposta estabeleceu mecanismo de participação popular na tramitação das proposições legislativas na Casa, permitindo a todo cidadão manifestar opinião sobre o texto de um projeto ou sobre os relatórios e as emendas em cada fase de tramitação.

Para Luiz Henrique, a nova ferramenta exalta a cidadania, a democracia e a participação política da população. — É um mecanismo simples que valoriza e permite a inclusão política do cidadão — afirmou o senador.

Neste primeiro mês e até 12 de dezembro, o Opine sobre Projetos estará em fase de avaliação pelos internautas. Por isso, disponibilizará apenas o total de manifestações favoráveis e contrárias às proposições em tramitação. Segundo a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, com esse novo serviço de interatividade, o Senado está dando um poder a mais para

que o cidadão possa influenciar na tramitação de uma matéria, para que as leis oriundas do Parlamento estejam cada vez mais perto das expectativas da sociedade. Ela lembra que a nova ferramenta permite a toda pessoa acompanhar e opinar sobre cada fase da tramitação de um projeto, ou seja, quando ele é protocolado, quando recebe um relatório ou uma emenda.

— O Senado está indo à sociedade e se abrindo para que a sociedade venha até ele. É um amadurecimento do processo legislativo — explica Claudia.

Como opinar

Para se manifestar no Opine sobre Projetos, é preciso que o cidadão faça um cadastro no Portal e-Cidadania. Há dois tipos de cadastro: um é permanente, tem senha e permite ao usuário interagir com todos os produtos do portal, de forma mais rápida e quantas vezes desejar. O outro, temporário, solicita o nome e o e-mail e serve para uma única participação, ou seja, precisa ser feito a cada entrada no Portal e-Cidadania. Por esse processo, é preciso ainda confirmar o voto com um clique no link enviado para o e-mail informado.

Na página do portal, na área destinada às leis (e-Legislação), há um link para a ferramenta Opine sobre Projetos, onde o cidadão poderá localizar a proposta legislativa, a partir da busca por palavra-chave, tipo, número ou ano da proposição.

Para registrar a opinião, o cidadão precisa selecionar a proposta desejada, confirmar o cadastro e escolher em qual texto pretende registrar a manifestação: texto inicial, relatório ou voto em separado. Para concluir o processo, basta escolher entre as opções “a favor” ou “contra”.

A ferramenta apresenta também os textos cujos prazos de manifestação já venceram. Embora não mais disponíveis para opinião, esses textos poderão ser pesquisados, na aba “Encerradas”, para saber o quantitativo de manifestações favoráveis e desfavoráveis.

O Opine sobre Projetos permite ainda que o cidadão compartilhe o texto legislativo nas redes sociais, convidando outras pessoas a participar do processo de manifestação da opinião pública.

Para utilizar o Portal Atividade Legislativa para pesquisar as matérias em tramitação no Senado, o cidadão terá ainda à disposição um link que o remeterá à página do e-Cidadania para manifestar opinião favorável ou contrária ao projeto.



E-Cidadania quer estimular engajamento da população

O Portal e-Cidadania foi instituído pelo Ato da Mesa 3/2011 com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação e engajamento mais direto e efetivo dos cidadãos no processo legislativo, com ideias, discussões e ações voltadas para temas em debate no Senado e na sociedade.

Por meio de um conjunto de aplicativos e ferramentas de comunicação on-line, o portal tem ainda entre os objetivos proporcionar maior transparência das atividades do Senado, porque visa ampliar a divulgação e facilitar o acesso das informações relativas à

administração da Casa e ao Orçamento da União.

O e-Cidadania também está nas redes sociais, pelo Facebook e Twitter (veja quadro “Saiba mais”). O comitê gestor do portal é composto por servidores de vários setores da Casa, que se reúnem uma vez por semana para avaliar o uso do sistema e discutir a criação de novas ferramentas de interatividade com a população.

Participação

O e-Cidadania foi concebido para permitir ao cidadão interagir em três áreas básicas e fundamentais do Poder Legislativo:

Cidadão pode participar de audiências na versão atual

Em maio de 2012, o Portal e-Cidadania foi inaugurado e, seis meses depois, a partir de novembro, numa segunda versão, iniciaram-se as audiências públicas interativas, que permitiram ao cidadão ter voz nas discussões da Casa.

Na primeira versão do site, em maio de 2012, foram agrupados vários recursos de interatividade já existentes e criadas duas ferramentas específicas para que o cidadão pudesse propor ou apoiar ideias ou projetos de lei:

Ideias Legislativas: permite ao cidadão apresentar uma sugestão de projeto de lei. As ideias que alcançam 20 mil apoios em até quatro meses são levadas ao presidente do Senado, que decide pelo seu encaminhamento à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde será nomeado um relator para a análise do tema. Cabe a esse relator, em parecer, propor o arquivamento da proposta ou a elaboração de um texto de projeto de lei. Nesse último caso, se o projeto for aprovado pela comissão, passa a tramitar normalmente nas comissões temáticas da Casa.

Proponha uma audiência pública — permite ao cidadão apresentar uma sugestão de tema a ser debatido em audiência pública numa comissão permanente do Senado. A proposta que atingir o mínimo de 10 mil apoios em até três meses é encaminhada ao presidente do Senado, a quem cabe despachá-la a uma das comissões mais relacionadas com o tema proposto.

A partir de novembro de 2012, o e-Cidadania, já consolidado, teve novas ferramentas implantadas. **Audiências públicas interativas:** permite ao cidadão participar de uma audiência ao vivo, com comentário, sugestão ou pergunta que, antes de ser publicada no portal e encaminhada ao presidente da Mesa do debate, passa pela equipe do e-Cidadania, para saber se o assunto é pertinente ao tema do debate e também se segue regras de boa conduta e educação.

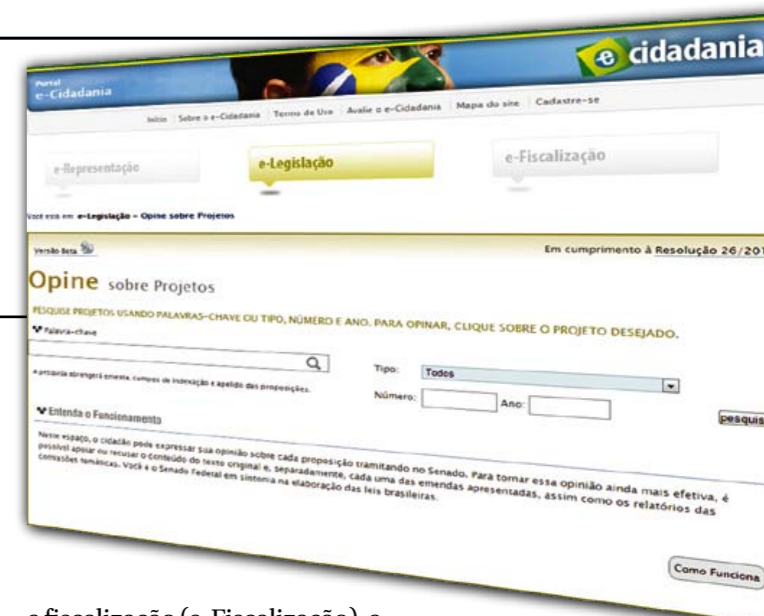
Consulta Pública (legislativa): é a manifestação do cidadão sobre um texto legislativo colocado em consulta pública por um prazo de 30 dias. Por meio da consulta, qualquer internauta pode concordar ou discordar de aspectos da proposta, no geral ou especificamente a um determinado texto, podendo, inclusive, modificar ou adicionar um novo item. É diferente do Opine, que permite apenas discordar ou concordar com uma proposta, sem direito a qualquer tipo de comentário sobre o texto legislativo.

permanente do Senado. A proposta que atingir o mínimo de 10 mil apoios em até três meses é encaminhada ao presidente do Senado, a quem cabe despachá-la a uma das comissões mais relacionadas com o tema proposto.

A partir de novembro de 2012, o e-Cidadania, já consolidado, teve novas ferramentas implantadas. **Audiências públicas interativas:** permite ao cidadão participar de uma audiência ao vivo, com comentário, sugestão ou pergunta que, antes de ser publicada no portal e encaminhada ao presidente da Mesa do debate, passa pela equipe do e-Cidadania, para saber se o assunto é pertinente ao tema do debate e também se segue regras de boa conduta e educação.

Consulta Pública (legislativa): é a manifestação do cidadão sobre um texto legislativo colocado em consulta pública por um prazo de 30 dias. Por meio da consulta, qualquer internauta pode concordar ou discordar de aspectos da proposta, no geral ou especificamente a um determinado texto, podendo, inclusive, modificar ou adicionar um novo item. É diferente do Opine, que permite apenas discordar ou concordar com uma proposta, sem direito a qualquer tipo de comentário sobre o texto legislativo.

Geosiga: por meio de mapas, o link possibilita fazer consulta a transferências de recursos federais a estados e municípios, para saber os recursos que estão sendo aplicados em regiões de interesse. **Dados Abertos Legislativos:** possibilita acesso rápido e eficiente a vários tipos de informações sobre processo legislativo, projetos, comissões, Plenário, composições, parlamentares



a fiscalização (e-Fiscalização), a legislação (e-Legislação) e a representação (e-Representação), esta última criada como ferramenta de interação direta com senadores e temas para discussão. Cada uma dessas ferramentas tem uma vertente voltada para a educação cidadã, com cunho educativo, com o objetivo de qualificar, cada vez mais, o debate e a participação da sociedade.

No e-Fiscalização, o cidadão acompanha o Orçamento da União, as ações administrativas

do Senado e a atuação legislativa dos parlamentares. O e-Legislação é um espaço destinado ao debate, à proposição de novas leis e à alteração da legislação em vigor ou projetos em tramitação. Já no e-Representação, o cidadão pode expressar a opinião sobre temas de interesse da sociedade e projetos em tramitação, bem como sugerir assuntos para debates em audiências públicas nas comissões.

Outras fontes de informação pública estão disponíveis

O e-Cidadania oferece também ferramentas que vão além das atividades legislativas, porque abrem um leque de oportunidades de informação e canais de fiscalização, denúncia, sugestão e reclamação:

Orçamento Fácil: uma forma simples de conhecer aspectos básicos do orçamento público e a importância dele para a sociedade, por meio de textos e vídeos educativos elaborados por equipes de Orçamento e Comunicação do Senado.

Siga Brasil: uma série de informações sobre orçamento público. Qualquer cidadão pode usar essa ferramenta de consulta para fiscalizar, por exemplo, os gastos do governo e dos políticos.

Geosiga: por meio de mapas, o link possibilita fazer consulta a transferências de recursos federais a estados e municípios, para saber os recursos que estão sendo aplicados em regiões de interesse.

Dados Abertos Legislativos: possibilita acesso rápido e eficiente a vários tipos de informações sobre processo legislativo, projetos, comissões, Plenário, composições, parlamentares

Portal da Copa: neste link, o cidadão pode acompanhar os gastos com a Copa do Mundo de 2014. Criado em parceria com a Câmara e o Tribunal de Contas da União (TCU), o portal traz a lei e decretos da Copa, decisões e normas do TCU, resoluções do Senado e da Câmara.

Portal Transparência e Controle Social: informações sobre gastos do Senado, medidas de economia e transparência dos gastos da Casa com pessoal, viagens e subsídios de senadores e investimentos feitos internamente, entre outros gastos. É possível solicitar dados sobre funcionários da Casa, mediante o preenchimento de formulário.

Saiba mais

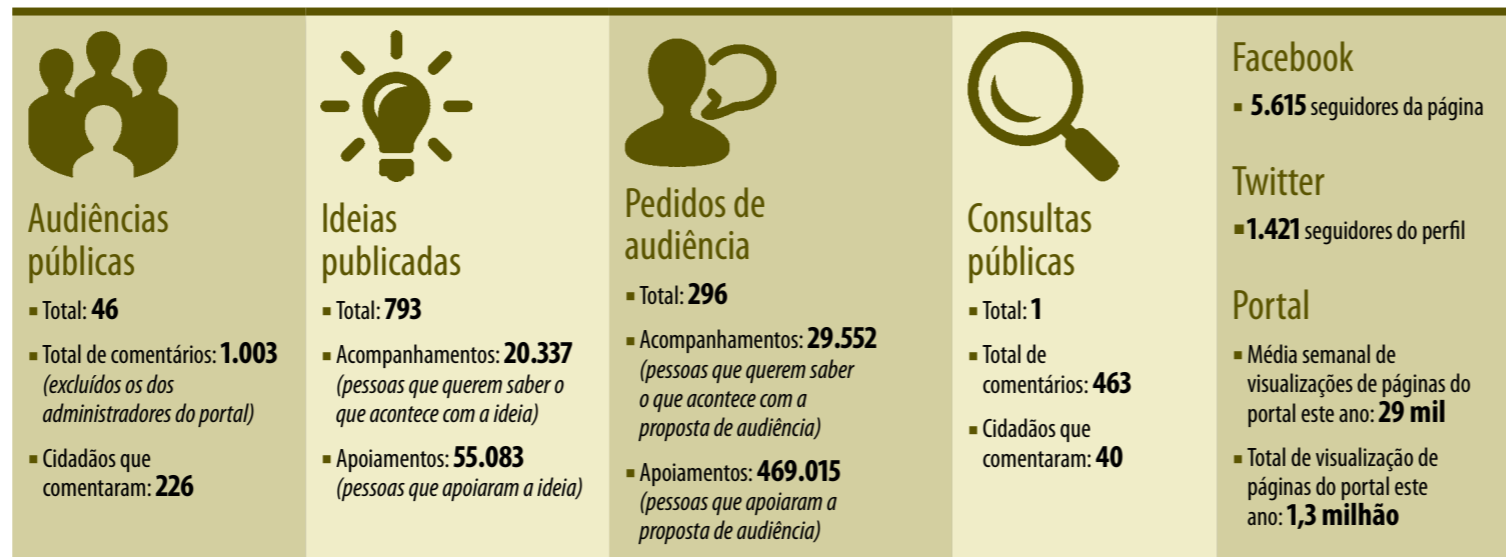
Portal e-Cidadania
www.senado.gov.br/cidadania
Facebook
www.facebook.com/ecidadaniaSF

Twitter
www.twitter.com/e_cidadania
Resolução 26/2013
http://bit.ly/res26-2013

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www12.senado.leg.br/jornal/cidadania

Participação popular

Cidadão tem utilizado as ferramentas do e-Cidadania para fazer parte do processo legislativo, propondo ou comentando leis e debates



*Números atualizados em 18/11/2013

Juristas concluem proposta de novo Código Comercial

Comissão de juristas apresentou ontem relatório final do trabalho iniciado em maio e submetido a consulta popular entre setembro e outubro. Anteprojeto será entregue hoje ao presidente do Senado

O NOVO CÓDIGO Comercial deve conter o que há de mais moderno no setor e melhorar o ambiente de negócios do país. Essa é a conclusão da comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto de lei do novo Código Comercial, que concluiu os trabalhos ontem, com a aprovação do relatório final. O anteprojeto, com 1.102 artigos, será entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros, hoje, às 15h. Depois será encaminhado à Mesa do Senado para que comece a tramitar na forma de projeto de lei.

Nas palavras do presidente da comissão de juristas, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio de Noronha, o anteprojeto do novo Código Comercial “é uma proposta evolucionária”, na qual foi incluída “o que há de mais moderno no mundo” em questão comercial.

— Queremos modernizar e evoluir a legislação comercial brasileira. Vamos entregar um novíssimo, original e avançado Código Comercial, que contempla todos os segmentos na modernização da legislação empresarial — disse o ministro, depois de agradecer a todos os integrantes e colaboradores da comissão.

Após aprovarem o relatório final, os juristas apresentaram e debateram as novidades propostas no anteprojeto por mais de quatro horas, com a participação de especialistas convidados.

Segurança jurídica

O relator-geral do colegiado, Fábio Ulhoa Coelho, destacou que o anteprojeto elaborado pela comissão tem por objetivo aumentar a segurança jurídica nas relações empresariais, modernizar e simplificar o regime contábil, atualizar a

Lei de Falências, fortalecer a autorregulação e melhorar o ambiente de negócios no Brasil.

Para o relator, o texto apresentado poderá proporcionar a reclassificação do Brasil nos rankings internacionais que avaliam ambientes de negócios.

O jurista Eduardo Montenegro Serur ressaltou como avanço a inserção no anteprojeto de princípios para o regimento da falência, da recuperação judicial e da falência transnacional.

O professor e jurista Paulo Penalva Santos afirmou que o anteprojeto mantém a Lei de Falências (Lei 11.101/2005), porém promove nela algumas alterações importantes, como a possibilidade de prorrogação do prazo de 180 dias para que a empresa em recuperação judicial tenha a falência decretada automaticamente, o que já vem ocorrendo em decisões do STJ.

O jurista e professor Márcio Souza Guimarães informou que o anteprojeto apresenta as tendências mundiais mais modernas em legislação comercial, em especial as sustentadas pelos Estados Unidos e pela União Europeia. De acordo com ele, o texto dá mais poder aos credores em processos de recuperação judicial e de falência.

Sessão especial homenageia Polícia Militar de Goiás

A Polícia Militar de Goiás foi homenageada ontem em sessão especial, a pedido de Wilder Morais (DEM-GO), pelos 155 anos de criação. Fundada em 1858, com apenas 1 tenente, 2 alferes, 2 sargentos e 41 soldados para atender a então província de Goyaz, hoje a corporação tem cerca de 12 mil servidores.

O senador recebeu na sessão a Grã Cruz da Ordem do Mérito Tiradentes, a mais alta comenda da Polícia Militar do estado, em reconhecimento pelas ações em favor da instituição. Ele informou que apresentará projeto para

regulamentar a bonificação recebida por quem apreende armas ilegais em operações.

— Meu mandato está comprometido com a agenda da Polícia Militar — declarou.

O comandante-geral da PM-GO, Silvio Benedito Alves, falou sobre o trabalho de aproximação da instituição com a população, líderes comunitários, empresários e representantes de outros segmentos. O comandante acrescentou que, atuando nos 246 municípios goianos, a corporação recapturou 3.194 foragidos nos últimos dez meses.



Wilder (C) recebe a Grã Cruz da Ordem do Mérito Tiradentes da PM goiana

Pedro Franco/Agência Senado

Ana Rita quer prioridade para a PEC do Trabalho Escravo

Ana Rita (PT-ES) criticou ontem a ordem de votação de dois itens da pauta: o Projeto de Lei 432/2013, que regulamenta a Proposta de Emenda à Constituição 57/1999, a ser votado em primeiro lugar, e a PEC propriamente dita, que prevê a expropriação de propriedades rurais e urbanas onde houver exploração do trabalho escravo, que será apreciada em seguida.

Ela lembrou que a conceituação de trabalho escravo já está prevista no Código Penal e, por isso, não se justifica reduzir a amplitude dessa definição no projeto de regulamentação da PEC.

A senadora questionou ainda artigo que prevê a expropriação apenas das terras cujo proprietário saiba que há pessoas trabalhando em regime análogo ao escravo.

Alvaro Dias: Supremo resgatou crença da população na Justiça



Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que o Supremo Tribunal Federal cumpriu a missão dele

ao mandar prender os condenados no processo do mensalão e resgatou a crença da população na Justiça:

— O exemplo do mensalão deve ser regra para que os julgamentos de figuras importantes da atividade pública brasileira possam se dar celeremente e com o mesmo rigor — afirmou.

O senador advertiu, no entanto, que a corrupção continua e que ele e o líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP), pedirão a convocação de funcionários do Ministério da Fazenda alvos de denúncias de cobrança de propina.

Lia de Paula/Agência Senado

Paulo Cinquenti/Agência Senado



Noronha preside reunião, entre Alfredo de Assis Neto (E) e Fábio Ulhoa Coelho

Novo texto inclui comércio eletrônico

O anteprojeto que será entregue ao presidente do Senado aborda temas como legalização e registro das empresas, títulos empresariais, princípio geral da boa-fé e ética na interpretação dos contratos, comércio eletrônico, função social da empresa e regulação da atividade dos shoppings.

O documento é dividido em dez livros: Direito Comercial; Pessoa do Empresário; Bens

e Atividades do Empresário; Fatos Jurídicos Empresariais; Sociedades; Obrigações dos Empresários; Agronegócio; Direito Comercial Marítimo; Processo Empresarial; e Disposições Finais e Transitórias.

Formada por 19 juristas e presidida pelo ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a comissão iniciou os trabalhos em 7 de maio de 2013, depois de ter a criação

determinada pelo presidente Renan Calheiros.

A reforma do Código Comercial é defendida por especialistas do setor há muitos anos, já que a atual legislação está em vigor há mais de 16 décadas. O texto do anteprojeto foi submetido a consulta pública entre 19 de setembro e 18 de outubro, quando recebeu mais de 400 sugestões, algumas incorporadas ao texto final, conforme lembrou o relator.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquenti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em audiência pública, convidados destacaram necessidade de divulgação de oportunidade para prefeituras de explorar canais de TV que farão parte do Sistema Brasileiro de Televisão Digital



Presidente da CDH, Ana Rita informa que serão enviadas cartas para alertar os prefeitos sobre prazo de pedido de outorga

Rede nacional de TVs públicas espera adesões

APENAS 145 DOS mais de 5 mil municípios brasileiros já fizeram ao Ministério das Comunicações pedido de outorga para receberem o Canal da Cidadania, que integrará numa só rede emissoras mantidas por órgãos públicos e por instituições comunitárias. A inserção das TVs comunitárias nesse novo modelo foi tratada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) em audiência pública ontem, quando os convidados destacaram a necessidade de divulgar nas prefeituras a importância de pedir a outorga.

O Canal da Cidadania fará parte do conjunto de canais explorados por entes da administração pública dentro do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD).

— Trata-se de um canal aberto, dado, e as prefeituras

terão prioridade até 18 de junho de 2014, quando a preferência passa aos estados. Por enquanto, só os prefeitos podem pedir. É um direito dos municípios — explicou Carlos Hetzel, assessor técnico da Liderança do PT no Senado.

Recursos

De acordo com o jornalista Paulo Miranda, presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABC-COM), o acesso das TVs comunitárias ao modelo de TV Digital — garantido pela Portaria 489/2012 do Ministério das Comunicações — foi “uma grande vitória”.

Todavia, diz ele, os canais enfrentam sérios problemas financeiros, o que dificulta colocar a programação no ar. Hetzel defendeu a criação do Fundo Nacional de Apoio

e Desenvolvimento das TVs Comunitárias.

No fim da audiência, a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), informou que a comissão apoiará a causa das TVs comunitárias e vai oficializar o Conselho Nacional de Comunicação do Congresso para que contemple as mídias alternativas com um assento no órgão.

A senadora informou também que a CDH vai se corresponder com todos os prefeitos brasileiros para sensibilizá-los e alertá-los sobre o prazo do pedido de outorga.

A reunião da CDH ontem fez parte do Fórum Brasil 2013 — TVs comunitárias em primeiro lugar, que termina hoje em Brasília.

Mais informações sobre o evento: www.forumabccom2013.com

Modelo de financiamento causa divergência

O modelo de financiamento e as dificuldades financeiras pelas quais passam as TVs comunitárias causaram polêmica na audiência pública na CDH ontem. A exemplo do que acontece hoje, a proibição de veiculação de publicidade comercial e de venda de horários está mantida para as emissoras comunitárias quando elas migrarem para o sistema digital.

O secretário-geral da ABC-COM, Moysés Corrêa, é um dos que não veem problema de micros e pequenas empresas apoiarem as emissoras a fim de que elas sejam viáveis economicamente.

— Por que uma padaria não pode dizer que apoia uma TV comunitária? A padaria não vai para a Rede Globo ou Bandeirantes. Ou seja, micros e pequenas empresas estão proibidas de fazer anúncio no meio televisivo no Brasil porque custa muito caro — opinou.

O presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC),



A possibilidade de financiamento privado das emissoras dividiu os debatedores

Nelson Breve, mostrou-se contrário à ideia. Ele lembrou que a proibição da publicidade comercial está prevista em lei e serve para diferenciar a comunicação pública da comercial.

— Se não diferenciarmos uma coisa da outra, vamos continuar aplicando o mesmo modelo de negócios em duas coisas diferentes — avisou, acrescentando que muitas TVs que se dizem comunitárias não o são.

Além disso, ressaltou, estimular o consumo não é papel de emissora pública, cuja tarefa é prestar serviços e difundir cultura, educação e cidadania.

Ainda segundo Breve, se as comunidades se organizarem e se mobilizarem pela comunicação pública, elas vão compreender que se trata de algo tão importante quanto a saúde e a educação e ficará mais fácil defender mais recursos para o setor no orçamento público.

O diretor do Ministério das Comunicações Octavio Pieranti afirmou que o modelo de financiamento existente hoje no país não é o ideal, mas o possível, e que mudanças mais significativas envolvem a participação da sociedade e do Congresso Nacional.

Audiência interativa debate uso de 4G em faixa de TV aberta

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) debate hoje as consequências da destinação da faixa de 700 MHz, atualmente ocupada pela TV aberta, para serviços de banda larga móvel 4G. O governo quer usar essa frequência para ampliar a oferta de sinal de celular, e um leilão deve ocorrer no primeiro semestre de 2014. Como essa faixa tem um alcance maior e custo menor, a expectativa é que o serviço de celular se torne mais barato.

Foram convidados representantes da Anatel, do Ministério das Comunicações, da Associação Brasileira de

Emissoras de Rádio e Televisão, da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, da Associação Brasileira de Radiodifusores e do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército Brasileiro.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h15

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CCT700>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/notasCCT700>
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Comissão discute objetivos do Fórum de Direitos Humanos

Brasília vai sediar, entre 10 e 13 de dezembro, o Fórum Mundial de Direitos Humanos. A proposta é discutir, entre outros temas, a redução das desigualdades sociais, as violações aos direitos de cada um e o respeito às diferenças. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje audiência pública sobre os objetivos do fórum e a participação da sociedade.

A audiência foi proposta por Paulo Paim (PT-RS). Confirmaram presença a ministra da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, Maria

do Rosário, e a secretária-executiva da SDH, Patrícia Barcelos.

A sociedade está convidada a participar (*veja no quadro abaixo*), enviando sugestões, observações e perguntas.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDHFMDH>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania) #CDHSenado #FMDH #ParticipacaoPopular
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/notasCDHFMDH>
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Consultor fala sobre participação popular e futuro da democracia

A Comissão Senado do Futuro (CSF) fará hoje audiência pública interativa para debater participação popular e o futuro da democracia, com James L. Creighton, Ph.D., renomado consultor norte-americano. No Portal e-Cidadania pode-se assistir ao vivo e participar com perguntas e comentários.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CSFParticipacaoPopular>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF) #CSF #ParticipacaoPopular #Democracia
- ▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/notasCSF>
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Jucá comemora instalação de termelétricas em Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou a decisão do governo de instalar, nos próximos 120 dias, usinas termelétricas em Roraima, para assegurar energia ao estado. Como o fornecimento de 200 megawatts pela Venezuela não é suficiente, além de ter oscilado e ter sido interrompido algumas vezes nos últimos meses, a medida, na avaliação de Jucá, pode impedir blecautes em Roraima.

— É importante registrar que essas necessidades serão cobertas até 2015 e 2016, porque a interligação com a

linha de Tucuruí-Manaus e Manaus-Boa Vista já está em obras e, portanto, até 2016, Roraima e Boa Vista estarão interligados ao sistema nacional de energia — explicou.

O senador lembrou também que nesta semana o Plenário deve votar projetos importantes, como o da minirreforma eleitoral e a proposta de emenda à Constituição que acaba com o voto secreto em todas as decisões do Senado, da Câmara dos Deputados, das assembleias legislativas, da Câmara Legislativa do DF e das câmaras de vereadores.

Senado + transparente

Secom | Criação e Marketing

É fácil
ficar sabendo



O Senado Federal busca ser cada vez mais **transparente**. Para isso, vai além de tornar **acessíveis as informações** sobre a instituição e os senadores. Ele se **antecipa às demandas** da sociedade ao divulgar amplamente o trabalho legislativo. Além disso, para estimular a **participação social** nas discussões do Parlamento, a Casa disponibiliza recursos de interatividade e espaços de **diálogo** com os cidadãos.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

Saiba mais. Entre em contato
pelo Alô Senado:
0800 612211
www.senado.leg.br/alosenado

www.senado.leg.br

